



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
 RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

**SENTENÇA**

Processo nº: **1012702-59.2014.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Fornecimento de Medicamentos**  
 Requerente: **MARLA REGINA NOGUEIRA**  
 Requerido: **'Município de Araraquara**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos,

**MARLA REGINA NOGUEIRA**, qualificada na inicial, ingressou com ação de obrigação de fazer com pedido de tutela antecipada em face do **MUNICÍPIO DE ARARAQUARA** e da **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, visando o fornecimento de medicamento. Alegou ser portadora de **esclerose sistêmica associada a fibrose pulmonar grave como envolvimento cardíaco e hipertensão pulmonar, cadastrada no CID nº M34**, necessitando para seu tratamento, por recomendação médica, do medicamento **pulso de ciclofasmda 1000 mg**, não dispondo de condições financeiras para sua aquisição. Requereu a concessão da tutela antecipada e pleiteou a condenação dos réus a fornecerem-lhe, gratuitamente, o medicamento na quantidade recomendada. Com a inicial (fls.01/14) e emenda da inicial (fls. 53/62) vieram os documentos (fls. 15/49).

Concedido o benefício da assistência judiciária e deferida a tutela antecipada (fl. 95).

Citado (fl. 100), o réu Município de Araraquara contestou a ação (fls. 119/125), sustentando, no mérito, que não há nos autos nenhuma prova sobre a absoluta indispensabilidade dos fármacos pleiteados ou da impossibilidade de sua substituição por outros disponibilizados na rede pública de saúde. De igual modo, não restou demonstrada a sua incapacidade material ou de seus familiares para adquiri-los com recursos próprios. Não consta dos autos, contudo, qualquer informação demonstrando serem inadequados ao tratamento da autora outros medicamentos eventualmente disponibilizados pelo SUS e o receituário médico não pode ser aceito como prova inconteste. Pleiteou a improcedência da ação.

A ré Fazenda Pública do Estado de São Paulo, também citada (fl. 101), contestou a ação (fls.134/142), e apresentou agravo de instrumento contra a decisão que determinou a alteração do rito processual para constar e incluir o Estado de São Paulo no polo passivo da ação. Concedida a antecipação da tutela recursal para assim suspender a decisão de fls. 95 até o julgamento do agravo. Pugnou pela improcedência do pedido.

Réplica às fls. 143/150.

Juntado aos autos a decisão do agravo de instrumento que deu provimento ao recurso, decretando a nulidade da inclusão do Estado de São Paulo no polo passivo da ação (fls. 186/190).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

O feito foi saneado, determinando-se a realização de avaliação médica (fl. 280).

Apresentados os quesitos pelo Município de Araraquara às fls. 283/284.

De acordo com o despacho de fls. 306, a autora informou a fls. 319 que não compareceu à perícia agendada pela dificuldade de transporte e pediu a designação de nova data.

Conforme despacho de fl. 320, o pedido foi indeferido, pois foi oficiado ao Município de Araraquara para providenciar o transporte para a autora ao local da perícia, e a mesma foi intimada de que havia o transporte à disposição por parte do Município.

É o relatório.

Fundamento e decidido.

O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, diante da preclusão verificada quanto à realização da perícia na autora.

É de responsabilidade de todos os entes públicos federados, União, Estados e Municípios o fornecimento gratuito de tratamento médico e cirúrgico aos cidadãos carentes de recursos financeiros, para a cura de doenças graves que lhes acometem, mediante prescrição médica.

Contudo, verifica-se ser necessária a existência de dois requisitos para a concessão de medicamentos, quais sejam, a imprescindibilidade do medicamento e a ausência de condições financeiras para obtê-lo. Esta é a única interpretação razoável da Lei n. 11.347/2006, pois é inconcebível e atenta até contra o princípio da moralidade que o Estado seja obrigado a fornecer gratuitamente remédios para quem tem capacidade financeira para adquiri-los ou para quem dele não precisa, sob pena de falência total do sistema, por falta de recursos disponíveis. Realmente, o orçamento é finito, razão pela qual devem ser atendidas as pessoas que realmente não podem arcar com os custos dos medicamentos.

*In casu*, verifica-se que não há como comprovar nos autos a necessidade do medicamento e sua imprescindibilidade, pelo fato de a autora não comparecer na perícia no IMESC, na qual seria passada por exames detalhados e precisos para analisar sua situação quanto à necessidade do tratamento.

Ademais, está comprovado nos autos que foi oficiado ao Município de Araraquara para as providências necessárias para o transporte da autora para perícia, sendo a parte autora intimada de que estava à disposição o devido transporte.

Operou-se, pois, a preclusão quanto à prova pericial, não se mostrando possível a designação de nova data, visto que não foi apresentado pela autora motivo justo para sua ausência na prova pericial.

Nesta senda, não restou comprovada a imprescindibilidade do que foi solicitado, o que leva à improcedência da ação.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, condenando a autora ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios que fixo em



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

R\$400,00 (quatrocentos reais) em favor do requerido, com fulcro no art. 85, § 3º, do CPC, ressalvado a justiça gratuita.

Em consequência, fica revogada, de imediato, a tutela de urgência.

**P.I.C.**

Araraquara, 04 de dezembro de 2018.